

<i>Nota à 15ª edição</i> .....	7
<b>PARTE I — INTRODUÇÃO</b> .....	25
Capítulo I — <b>O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>	
<b>I</b> — <i>As funções do Estado</i> .....	27
<b>II</b> — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i> .....	30
<b>III</b> — <i>A função política ou de governo</i> .....	34
<b>IV</b> — <i>O Direito Administrativo</i> .....	35
<b>V</b> — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i> ..	36
<b>VI</b> — <i>O regime jurídico administrativo</i> .....	45
<b>VII</b> — <i>Conceito jurídico de interesse público</i> .....	50
<b>VIII</b> — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> .....	60
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado,</i> <i>60; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos</i> <i>interesses públicos, 64</i>	
<b>IX</b> — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> .....	77
Capítulo II — <b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>	
<b>I</b> — <i>Princípios expressos e implícitos</i> .....	86
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 87; 2ª) Princípio da legalidade, 90; 3ª) Princípio da finalidade, 97; 4ª) Princípio da razoabilidade, 99; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 101; 6ª) Princípio da motivação, 102; 7ª) Princípio da impessoalidade, 104; 8ª) Princípio</i>	

da publicidade, 104; 9ª) Princípios do devido processo legal e da ampla defesa, 105; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 109; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 110; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 110; 13ª) Princípio da eficiência, 111; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 112

**II** — Restrições excepcionais ao princípio da legalidade

a) Medidas provisórias, 115; b) Estado de defesa, 123; c) Estado de sítio, 124

**PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO**

**ADMINISTRATIVO** ..... 127

Capítulo III — **A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**I** — Os órgãos e as competências públicas ..... 129

Órgãos públicos, 130; Classificação dos órgãos, 131; Competências públicas, 132 (Conceito de competência, 134)

**II** — Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia ..... 136

**III** — Centralização e descentralização administrativa ..... 139

Desconcentração, 140; A hierarquia e os poderes do hierarca, 140; Distinção entre descentralização e desconcentração, 141; O controle, 141

**IV** — Organização administrativa da União: Administração direta e indireta ..... 142

Administração direta da União, 143; Critério classificador do Decreto-lei 200, 144

Capítulo IV — **FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS** ..... 147

**I** — **Autarquias**

Conceito, 147; Regime jurídico, 148 (a) Relações com a pessoa que as criou, 149; b) Relações com terceiros, 152; c) Relações internas, 155); *Autarquias especiais ou sob regime especial*, 156; *Agências reguladoras*, 157; *Agências executivas*, 166

II	— <i>Fundações públicas</i> <i>Conceito legal: impropriedade, 168; Natureza das fundações públicas, 171</i>	
III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 172 (Conceito legal: impropriedade, 172); Conceito de sociedade de economia mista, 176 (Conceito legal: impropriedade, 177); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 178; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 179; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 182; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 183; Empresas estatais e concessão de serviço público, 184; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 186; O regime jurídico das empresas estatais, 189 (a) Relações com a pessoa que as criou, 189; b) Relações com terceiros, 192; c) Relações internas, 204)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i> .....	206
	<i>Contrato de gestão, 207; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 209 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 214; Contrato entre órgãos?, 216); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 218; Organizações sociais, 218; Organizações da sociedade civil de interesse público, 224</i>	
Capítulo V	— <b>SERVIDORES PÚBLICOS</b>	
I	— <i>Agentes públicos</i> .....	226
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i> .....	229
	<i>a) Agentes políticos, 229; b) Servidores estatais, 230 (Servidores públicos: conceito e espécies, 230; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 232); c) Particulares em colaboração com a Administração, 232</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i> .....	233

	a) <i>Cargos públicos</i> , 233; b) <i>Funções públicas</i> , 234; c) <i>Empregos públicos</i> , 235	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i> .....	235
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i> .....	236
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i> .....	237
VII	— <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i> .....	243
VIII	— <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i> a) <i>Limite global de despesas com pessoal</i> , 244; b) <i>Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações</i> , 248; c) <i>Proibição a União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal</i> , 249	
IX	— <i>Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos</i> a) <i>Criação de remuneração por subsídios</i> , 249; b) <i>Limite de remuneração</i> , 251; c) <i>Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário</i> , 254; d) <i>Proibição de vinculação de vencimentos</i> , 254; e) <i>Cálculo de acréscimos pecuniários</i> , 254; f) <i>Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i> , 254; g) <i>Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração</i> , 255	
X	— <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i> .....	256
	a) <i>Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público</i> , 256 (Admissão e dispensa nas estatais, 259; b) <i>Contratação excepcional sem concurso</i> , 261; c) <i>Direito de greve e de sindicalização</i> , 261; d) <i>Proibição de acumulação remunerada</i> , 262; e) <i>Sanção por improbidade administrativa</i> , 263	
XI	— <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i> .....	263
	a) <i>Irredutibilidade de vencimentos</i> , 264; b) <i>Alguns direitos equivalentes aos dos empregados</i> , 264; c) <i>Estabilidade</i> , 265; d) <i>Disponibilidade</i> , 266; e) <i>Apo-</i>	

*sentadoria e proventos*, 266 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 269); f) *Revisão de proventos*, 272; g) *Pensão por morte*, 273; h) *Situação dos atuais servidores*, 273

<b>XII</b>	— <i>Os cargos públicos</i> .....	276
	a) <i>Criação e extinção. Declaração de desnecessidade</i> , 276; b) <i>Classificação dos cargos</i> , 276 (Cargos em comissão, 277; Cargos de provimento efetivo, 277; Cargos vitalícios, 278); c) <i>Lotação dos cargos e “redistribuição”</i> , 279	
<b>XIII</b>	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i> .....	279
	a) <i>Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 280; Posse, 280); b) <i>Provimentos derivados</i> , 281 (Provimento derivado vertical (promoção), 281; Provimento derivado horizontal (readaptação), 282; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 282)	
<b>XIV</b>	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i> .....	283
	a) <i>Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 284 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 284; Direitos de ausência ao serviço, 285; Aposentadoria, 291); b) <i>Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 291	
<b>XV</b>	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i> .....	293
	<i>Prescrição</i> , 296	
<b>XVI</b>	— <i>Sindicância e processo administrativo</i> .....	296
<b>XVII</b>	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19</i> .....	300

### **PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA** .....

307

<b>Capítulo VI</b>	— <i>O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</i>	
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	309
<b>II</b>	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> .....	311
<b>III</b>	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i> .....	311

IV	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i> .....	312
V	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i> .....	318
VI	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i> .....	322
VII	— <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....	327
VIII	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....	334
IX	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....	337

## Capítulo VII

### — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— <i>Considerações introdutórias</i> a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 339; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 343; c) Os conceitos jurídicos, 344; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 346; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 347; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 350</i>	
II	— <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...	350
III	— <i>Conceito de ato administrativo</i> .....	352
IV	— <i>Perfeição, validade e eficácia</i> .....	354
V	— <i>Requisitos do ato administrativo</i> .....	356
VI	— <i>Elementos do ato</i> <i>Conteúdo, 360; Forma, 361</i>	
VII	— <i>Pressupostos do ato</i> 1) <i>Pressupostos de existência, 361; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 363; B) Motivo (pressuposto objetivo), 363 (Motivo do ato e motivo legal, 364; Motivo e móvel, 365; O papel da vontade no ato administrativo, 365; Motivo e motivação, 366; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 367; Teoria dos motivos determinantes, 369); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 370; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 370 (Teoria do desvio de poder, 371); E) Causa (pressuposto lógico), 373; F) Formalização (pressuposto formalístico), 375</i>	
VIII	— <i>O silêncio no Direito Administrativo</i> .....	377
IX	— <i>Atributos dos atos administrativos</i> .....	380

*Casos em que cabe executoriedade, 385; Defesas contra a executoriedade, 386*

X	— <i>Classificação dos atos administrativos</i> .....	386
	a) <i>Quanto à natureza da atividade, 386; b) Quanto à estrutura do ato, 387; c) Quanto aos destinatários do ato, 387; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 388; e) Quanto à função da vontade administrativa, 388; f) Quanto aos efeitos, 389; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 389; h) Quanto à situação de terceiros, 390; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 390; j) Quanto à formação do ato, 391; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 391; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 392</i>	
XI	— <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....	393
XII	— <i>Atos administrativos “in specie”</i> <i>Em função do conteúdo, 400; Como formas de manifestação de outros atos, 402</i>	
XIII	— <i>Procedimento administrativo</i> .....	404
XIV	— <i>Panorama da extinção dos atos administrativos</i> .....	406
XV	— <i>Revogação</i> <i>Conceito, 409; Sujeito ativo da revogação, 410; Objeto da revogação, 411; Fundamento da revogação, 412; Motivos da revogação, 414; Efeitos da revogação, 415; Natureza do ato revogador, 416; Limites ao poder de revogar, 416; Revogação e indenização, 418</i>	
XVI	— <i>Invalidade dos atos administrativos</i> .....	420
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 421; Objeto da invalidação, 421; Fundamento da invalidação, 422; Motivo da invalidação, 422; Efeitos da invalidação, 423; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 423; Atos irregulares, 427; Comentários às diferentes teorias, 427; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 428; Convalidação, 430; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 431; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 434; Regime dos atos inválidos, 435; Invalidação e dever de indenizar, 435 (Direito de resistência contra atos inválidos, 437)</i>	

XVII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação .....	438
XVIII	— Diferenças entre revogação e invalidação .....	440

Capítulo VIII	— O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO	
I	— Conceito de procedimento administrativo .....	441
	<i>Procedimento e ato complexo, 447</i>	
II	— Requisitos do procedimento .....	448
III	— Importância do procedimento administrativo. Atualidade do tema .....	449
IV	— Objetivos do processo ou procedimento .....	452
V	— Espécies de procedimento .....	453
VI	— Fases do processo ou procedimento .....	455
VII	— Princípios do procedimento .....	456
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo .....	460
IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado .....	465
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal .....	466
	<i>Âmbito de abrangência, 467; Competência, 467; Princípios do processo e garantias do administrado, 468; Seqüência processual, 473; Prazos processuais, 476; Revogação, anulação e convalidação, 477</i>	

Capítulo IX	— LICITAÇÃO	
I	— Conceito e finalidades .....	479
II	— A legislação sobre licitação .....	482
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 486</i>	
III	— Os princípios da licitação .....	487
IV	— Quem está obrigado a licitar .....	490
V	— Os pressupostos da licitação .....	492
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação .....	493
	<i>Bens singulares, 494; Serviços singulares, 495; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 495; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 496; Inexigibilidade de licitação, 499; Serviços técnicos de natureza singular, 501; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 504; Licitação proibida, 504</i>	

<b>VII</b>	— <i>Modalidades da licitação</i> .....	505
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 512; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 512; Pregão e consulta, 513 (Procedimento do pregão, 514); Registros cadastrais, 518; O registro de preços, 519; Comissões de licitação, 520; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 521; Alienação de bens, 522; Licitações internas e licitações internacionais, 522</i>	
<b>VIII</b>	— <i>Etapas interna e externa da licitação</i> .....	523
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 524; Vedações nas licitações, 524</i>	
<b>IX</b>	— <i>Fases da licitação</i> .....	526
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 526; Exame das propostas, 527; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 527; Esquema analítico das fases, 529; Sequência procedimental da concorrência, 529</i>	
<b>X</b>	— <i>O edital</i> .....	532
	<i>Vícios do edital, 535</i>	
<b>XI</b>	— <i>A habilitação</i> .....	535
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 541; Consórcios, 541; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 542; Comparecimento de um único licitante, 543; Pré-qualificação, 543; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 544; Efeito jurídico da habilitação, 544; Vícios da habilitação, 545</i>	
<b>XII</b>	— <i>O julgamento</i> .....	546
	<i>Requisitos das propostas, 546; Objetividade do julgamento, 549; Classificação, 550; Desenpate entre as propostas, 550; Os "tipos" de licitação, 550; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 553; Classificação de uma só proposta, 553; Vícios da classificação, 553; Efeito jurídico da classificação, 555</i>	
<b>XIII</b>	— <i>Homologação e adjudicação</i> .....	555
<b>XIV</b>	— <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i> .....	556
<b>XV</b>	— <i>Recursos administrativos</i> .....	556

XVI	— <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i> .....	557
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 558; Revogação da licitação, 558; Anulação da licitação, 559</i>	
XVII	— <i>Crimes</i> .....	561
XVIII	— <i>Licitação e mandado de segurança</i> .....	561
Capítulo X	— <b>O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>	
I	— <i>Introdução</i> .....	563
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 564</i>	
II	— <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...	565
III	— <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i> .....	567
IV	— <i>Conceito de contrato administrativo</i> .....	569
V	— <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i> .....	571
	<i>A lógica do contrato administrativo, 572</i>	
VI	— <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i> .....	573
	<i>Alteração unilateral do contrato, 575; Alteração bilateral do contrato, 576; Extinção unilateral do contrato, 577; Outras hipóteses de extinção, 577; A “exceptio non adimpleti contractus”, 578; Prazo e prorrogação dos contratos, 578; Formalidades do contrato administrativo, 580; Eficácia dos contratos administrativos, 580; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 581; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 588</i>	
VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i> .....	589
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 592; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 595</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i> .....	597
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i> .....	598
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i> .....	601
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i> .....	602

<b>PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>607</b>
<b>Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>	
<b>I — Conceito de serviço público .....</b>	<b>611</b>
<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 615; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 617</i>	
<b>II — Titularidade do serviço e titularidade da prestação .....</b>	<b>620</b>
<b>III — Serviços públicos e outras atividades estatais ....</b>	<b>621</b>
<i>Serviço público e obra pública, 621; Serviço público e poder de polícia, 622; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 624</i>	
<b>IV — Serviços públicos por determinação constitucional .....</b>	<b>625</b>
<b>V — Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil .....</b>	<b>627</b>
<i>a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 627; b) serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 628; c) serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 628; d) serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 628</i>	
<b>VI — Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição .....</b>	<b>629</b>
<b>VII — Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público .....</b>	<b>630</b>
<b>VIII — Intervenção do Estado no domínio econômico ..</b>	<b>631</b>
<i>Atividades privadas sob regime especial, 636; Monopólio, 639</i>	
<b>IX — Serviços públicos e serviços governamentais .....</b>	<b>639</b>
<b>Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b>	
<b>I — Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais .....</b>	<b>643</b>

*A exploração do serviço como forma de remuneração, 644; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumprila, 645; Improriedade das definições legais, 648; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 652; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 653*

<b>II</b>	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i> .....	655
	<i>Licitação das concessões, 657; O “contrato” de concessão, 661; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 661</i>	
<b>III</b>	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i> .....	663
<b>IV</b>	— <i>Os poderes do concedente</i> .....	666
<b>V</b>	— <i>Os direitos do concessionário</i> .....	671
	<i>Remuneração do concessionário, 671</i>	
<b>VI</b>	— <i>As tarifas</i> .....	672
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 675; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 675</i>	
<b>VII</b>	— <i>Os direitos dos usuários</i> .....	681
<b>VIII</b>	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i> .....	682
<b>IX</b>	— <i>A reversão dos bens</i> .....	687
<b>X</b>	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i> .....	689
<b>XI</b>	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i> .....	690
<b>XII</b>	— <i>Permissão de serviço público</i> .....	692
<b>XIII</b>	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i> .....	703
<b>Capítulo XIII</b>	— <b>PODER DE POLÍCIA</b>	
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	705
<b>II</b>	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i> .....	709
<b>III</b>	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i> .....	710
<b>IV</b>	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i> .....	711
<b>V</b>	— <i>Essência do poder de polícia</i> .....	716

*Traços característicos, 718*

VI	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i> .....	720
VII	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i> .....	722
VIII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i> .....	723
IX	— <i>Definição de polícia administrativa</i> .....	724
X	— <i>Polícia geral e polícia especial</i> .....	724
XI	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i> ....	726
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> .....	728
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i> .....	730
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i> .....	731
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> .....	731

Capítulo XIV — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— <i>Conceito</i> .....	734
II	— <i>Fundamentos da desapropriação</i> .....	739
III	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i> .....	740
IV	— <i>Requisitos da desapropriação</i> .....	741
V	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> ..	743
VI	— <i>Objeto da desapropriação</i> .....	744
VII	— <i>Beneficiários da desapropriação</i> .....	746
VIII	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i> .....	746
IX	— <i>A declaração de utilidade pública</i> .....	747
X	— <i>A imissão provisória de posse</i> .....	750
XI	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i> .....	752
XII	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i> .....	757
XIII	— <i>Desapropriação por zona</i> .....	757
XIV	— <i>Desapropriação indireta</i> .....	758
XV	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i> .....	759
XVI	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i> ....	760
XVII	— <i>Requisição</i> .....	773
XVIII	— <i>Servidão administrativa</i> .....	774

Capítulo XV	— <b>GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS</b>	
I	— <i>Conceito</i> .....	779
II	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i> .....	780
III	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i> .....	781
IV	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i> .....	781
V	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i> .....	784
	a) <i>Bens do domínio hídrico, 785; b) Bens do domínio terrestre, 786 (Domínio do solo, 786; Domínio do subsolo, 790)</i>	
VI	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i> .....	791
VII	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i> .....	792
	a) <i>Utilização dos bens de uso comum, 792; b) Utilização dos bens de uso especial, 796; c) Utilização dos bens dominicais, 797</i>	
<b>PARTE V</b>	— <b>O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO</b> .....	801
Capítulo XVI	— <b>PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
I	— <i>Controle interno e externo</i> .....	803
	a) <i>Controle interno, 805; b) Controle externo, 806</i>	
II	— <i>Controle parlamentar direto</i> .....	806
	a) <i>Sustação de atos e contratos do Executivo, 806; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 806; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 807; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 807; e) Poderes controladores privativos do Senado, 808; f) Julgamento das contas do Executivo, 808; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 809</i>	
III	— <i>Controle pelo Tribunal de Contas</i> .....	809
	a) <i>Compostura e composição do Tribunal de Contas, 809; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 810; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 811</i>	

IV	— <i>Controle jurisdicional (panorama)</i> .....	812
	a) "Habeas corpus", 813; b) Mandado de segurança, 813; c) "Habeas data", 814; d) Mandado de injunção, 814; e) Ação popular, 815; f) Ação civil pública, 815; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 816	

Capítulo XVII — **DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL**

I	— <i>Introdução</i> .....	817
II	— <i>Princípio da legalidade</i> .....	819
III	— <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....	820
	<i>Mérito do ato</i> , 823	
IV	— <i>Fundamentos da discricionariedade</i> .....	824
V	— <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i> .....	827
VI	— <i>Conceito de discricionariedade</i> .....	831
VII	— <i>Limites da discricionariedade</i> .....	831
VIII	— <i>Extensão do controle judicial</i> .....	836
	a) Exame dos motivos, 836; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 838; c) Exame da causa do ato, 841	
IX	— <i>Relatividade da competência discricionária</i> .....	842
X	— <i>Conclusão</i> .....	848

Capítulo XVIII — **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— <i>Introdução</i> .....	852
II	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i> .....	853
III	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i> .....	855
IV	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i> .....	858
V	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i> .....	859
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 859; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 861; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 861; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 864	
VI	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i> .....	865

VII	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i> .....	866
VIII	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i> .....	866
IX	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i> .....	868
	a) <i>Danos por ação do Estado, 869; b) Danos por omissão do Estado, 871; c) Danos dependentes de situação produzida pelo Estado diretamente propiciatória, 876</i>	
X	— <i>O dano indenizável</i> .....	879
XI	— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i> .....	882
XII	— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i>	
	a) <i>Introdução, 884; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 886; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 889; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 892; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 894</i>	

Capítulo XIX — **A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO**

I	— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i> .....	898
II	— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i> .....	900
III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i> .....	901
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i> .....	903
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i> .....	904
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i> .....	906

<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	909
-------------------------------	-----